

**Ata de Julgamento**  
**Carta Convite NLP nº 009/2015**

Aos nove dias do mês de setembro do ano de dois mil e quinze (09/09/2015) reuniu-se na Sede da Confederação Brasileira de Clubes – CBC, a Comissão de Aquisição abaixo subscrita, com a finalidade de julgar a Carta Convite NLP nº 009/2015, cujo objeto trata da *“contratação de empresa para prestação de serviços técnicos especializados de auditoria independente sobre as demonstrações contábeis e financeiras da CBC, referentes ao exercício social a se encerrar em 31/12/2015, contemplando as atividades e descrições informadas no Termo de Referência/Memorial Descritivo do ato convocatório”*.

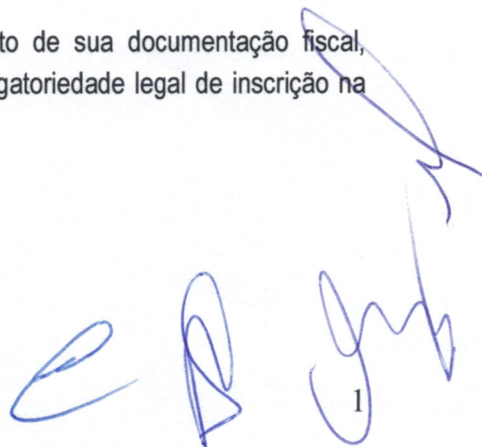
Aberta a sessão, descerrados os envelopes e avaliadas as propostas, a grade classificatória foi formada por: Audcorp Auditoria e Assessoria em 1º lugar com o valor de R\$ 49.665,00; Assessora Assessores e Auditores em 2º lugar com o valor de R\$ 57.150,00; e BDO RCS Auditores Independentes em 3º lugar com o valor de R\$ 97.590,00. A empresa Audioesp – Auditoria e Consultoria apresentou em sua proposta dois valores diferenciados; não havendo representante credenciado a esclarecer e apontar o valor correto para o objeto, o sr. Presidente da Comissão de Aquisição decidiu desconsiderar a proposta.

A Comissão de Aquisição passou a analisar a documentação de habilitação da primeira classificada, ocasião em que ergueu-se uma dúvida a respeito da regularidade fiscal exigida no edital, notadamente quanto à inscrição estadual bem como a certidão negativa perante a Fazenda Estadual.

Na sessão pública questionou-se a necessidade de a empresa participante apresentar certidão fazendária de isenção da inscrição no cadastro de contribuintes, na hipótese de a licitante não estar inscrita na fazenda respectiva. Para tanto, apontou-se a necessidade da comprovação, consoante dispõe o subitem 5.2 (Regularidade Fiscal), alínea “b.1”.

A empresa Audcorp Auditoria e Assessoria quando questionada a respeito de sua documentação fiscal, manifestou entendimento de que empresas de auditoria não possuem a obrigatoriedade legal de inscrição na Fazenda Estadual e que não cabe a obrigatoriedade de emitir tal certidão.

Feito o relatório, passou a Comissão a julgar os documentos apresentados.



1



No tocante à Regularidade Fiscal, notadamente a respeito da inscrição no cadastro de contribuintes, versou o edital no subitem 5.2., alínea "b":

*"b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, distrital ou municipal (se houver), relativo ao domicílio ou sede da empresa participante, pertinente ao seu ramo de atividade compatível com o objeto deste Edital".*

Em primeiro plano, nota-se que o dispositivo utilizou a expressão: "... estadual, distrital ou municipal ...". A conjunção alternativa "OU" fixa o critério de interpretação e expõe a alternância das sentenças. Portanto, na correta leitura e interpretação da alínea "b", a exigência de inscrição no cadastro de contribuintes será: Estadual, OU Distrital, OU Municipal.

A propósito do tema, o ato convocatório da licitação nada mais fez do que reproduzir o disposto no artigo 14, inciso IV, alínea "b", do Regulamento de Compras e Contratações da CBC, *verbis*:

*"IV – Regularidade Fiscal:*

*(...)*

*b) prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual OU municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do participante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;"*.

Portanto, são sentenças excludentes. Uma vez apresentada a "inscrição municipal", nenhuma outra poderá ser exigida, sob pena de incurrir obrigação não prevista no edital. Ademais, o restante da redação da alínea "b" do subitem 5.2, corrobora para esta interpretação ao indicar: "... *pertinente ao seu ramo de atividade* ...". Não teria sentido uma empresa que se limita a prestar serviços, também estar inscrita no cadastro de contribuintes próprios de empresas de atividade mercantil.

E a alínea "b.1", longe de pretender confundir, apenas tem a função de estabelecer situação de absoluta excepcionalidade para algum licitante que alegue não possuir a obrigatoriedade da inscrição no cadastro de contribuintes, ocasião em que esta empresa deverá demonstrar, então, a comprovação da desobrigatoriedade da inscrição. Portanto, a alínea "b.1" somente será aplicada à empresa que alegue não possuir inscrição no cadastro de contribuintes.

No caso em tela, a empresa Audcorp Auditoria e Assessoria apresentou a "inscrição municipal" estando desobrigada de apresentar qualquer outra, por força da conjunção alternativa "ou".





No que se refere ao disposto na alínea "c" do mesmo subitem 5.2., a exigência de apresentação das certidões perante as esferas fazendárias deve ser interpretada conforme a atividade da empresa. A exigência em tela aplica-se "*no que couber*", ou seja, deve ser analisada conforme o caso concreto, não sendo lógico exigir um documento que a empresa, por sua natureza ou atividade, não seja obrigada a possuir. Por exemplo, para empresas com sede no Distrito Federal não poderá ser exigida a Certidão Estadual e tampouco a Municipal, posto que àquelas empresas a certidão exigível é a Certidão de Tributos (CNT) perante o GDF (Governo do Distrito Federal).

Portanto, não teria cabimento inabilitar uma empresa sediada no GDF pela não apresentação da certidão municipal, uma vez que esta empresa não possui tal documento. A exigência deve ser interpretada com razoabilidade, aplicando-se a obrigatoriedade "*naquilo que couber*".

Não faz sentido, por conseguinte, exigir a certidão de tributos estaduais a empresas que comprovadamente exerçam atividades exclusivas de prestação de serviços. Assim, cabe à hermenêutica jurídica e à interpretação sistemática do ato convocatório, impedir a aplicação literal e sem nenhum bom senso do disposto no subitem 5.2. A interpretação com razoabilidade possibilita ao licitante fazer a prova da regularidade fiscal apenas dos impostos pertinentes ao seu ramo de atividade e compatíveis com o objeto contratual. Ora, exigir de um licitante a comprovação da regularidade perante o IPVA em uma licitação de "prestação de serviços" é totalmente descabido e divorciado do bom senso.

Sobre o tema, a Comissão fez questão de indicar o posicionamento do ilustre autor MARÇAL JUSTEN FILHO, em sua renomada obra **Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos**, 14ª ed., Dialética, p. 418, asseverou:

*"... não cabe ao Estado recorrer a particular que não desempenhe regularmente a atividade ou profissão relacionada com o objeto do contrato.*

*Justamente por isso, o próprio inc. II do mesmo art. 29 exige que o sujeito comprove sua inscrição no cadastro municipal ou estadual pertinente ao ramo da atividade e compatível com o objeto licitado. Ou seja, não teria sentido dispor nesses termos no inc. II e exigir, no inc. III, que o sujeito comprovasse regularidade fiscal em outros ramos, desvinculados do objeto licitado".* (grifo nosso)

Sobre a ampliação do caráter competitivo e no diapasão do "princípio da razoabilidade" a Comissão indicou ainda o disposto no subitem 10.5.1 que estabelece: "*As normas que disciplinam este Convite serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o*

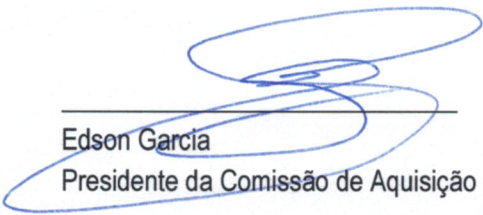


*interesse da CBC, a finalidade e a segurança da contratação". Ante o dispositivo, ainda que houvesse dúvida sobre o tema – e não há – a interpretação da exigência prestigia a ampliação da disputa.*

Ante todo o exposto, a Comissão de Aquisição decidiu aceitar os documentos de habilitação da primeira classificada, estabelecendo a seguinte grade classificatória: Audcorp Auditoria e Assessoria em 1º lugar com o valor de R\$ 49.665,00; Assessora Assessores e Auditores em 2º lugar com o valor de R\$ 57.150,00; e BDO RCS Auditores Independentes em 3º lugar com o valor de R\$ 97.590,00.

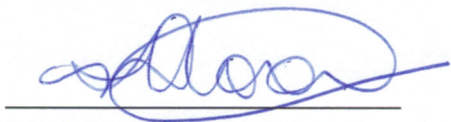
Divulgue-se a decisão às empresas participantes, franqueando o prazo de 2 (dois) dias úteis a contar da intimação desta decisão, para a interposição de Recurso, na forma do artigo 18 do RCC e subitem 17.4 da Carta Convite.

Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente Ata de Julgamento e encerrada a reunião da Comissão de Aquisição.



Edson Garcia  
Presidente da Comissão de Aquisição

**Membros da Equipe de Apoio:**



Priscila Pires da Silveira Moraes



Delvair Rodrigues Trindade



Amanda Nunes Saboya